



Em tempo: a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou fosse registrado que na primeira linha da página 424, onde se lê “Carlos Alberto Rodrigues” leia-se “Carlos Roberto Rodrigues”. \_\_\_\_\_

Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia seis de agosto de dois mil e treze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Flávio de Almeida. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Extraordinária do dia trinta de julho de dois mil e treze foi encaminhada aos gabinetes para conferirem. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício 037/13 do Diretor de Departamento de Recursos Humanos, Cristiano Sérgio de Almeida; responde requerimento 21/05/2013; informa sobre vagas abertas no último concurso com relação a Serralheiros. O Senhor Presidente solicitou à Secretaria que encaminhe cópia desta correspondência a todos os vereadores. O vereador Gilson Antônio Marques falou que não ficou satisfeito com esta resposta do prefeito; disse que quer ver o documento porque papel aceita tudo. Afirmou que tem absoluta certeza de que um Serralheiro foi chamado na frente do outro porque foi gestor da pasta Secretaria



de Obras. O Senhor Presidente sugeriu ao vereador Gilson Antônio Marques que faça outro requerimento contestando. O Plenário autorizou a entrada na Casa e leitura do Veto Integral, autoria do Poder Executivo, à emenda ao art. 34 do Projeto de Lei nº 1.310/2013, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício de 2014 e dá outras providências”. O Senhor Presidente comunicou que nomeará a Comissão para emitir parecer ao Veto. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou que a Ata da Reunião Extraordinária do dia trinta de julho de dois mil e treze fosse retificada na primeira linha da página 424, onde saiu Carlos Alberto Rodrigues lê-se Carlos Roberto Rodrigues. Quanto ao veto, solicitou a dispensa da nomeação da Comissão Especial e dos interstícios para votarem-no na presente data. Informou que na justificativa do veto o prefeito coloca a dificuldade que pode ocorrer em assuntos de Educação e Saúde, prejudicando o trabalho do Executivo. Lembrou que se trata de uma oportunidade que darão ao prefeito, pois no dia trinta e um de agosto ele enviará a LOA para a Câmara, quando poderão discutir o percentual para que o Executivo faça o remanejamento. O vereador Gilson Antônio Marques concordou com a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, pois é favor da votação hoje porque quando fizeram a votação pelos 7% (sete por cento) havia uma conversa de esperarem pelo menos até dezembro para abrir a segunda conversa com o prefeito, mas houve pressa de algumas partes e não cumpriram o que tinham combinado. Ressaltou que agora é tocar o barco para frente e liberar o prefeito para que possa trabalhar sem prejudicar a cidade. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou que compreende a



preocupação do prefeito, porém entende que não há urgência na matéria que pode tramitar normalmente na Casa. Recordou que em uma conversa com todos os vereadores, o próprio prefeito colocou que quando não pede urgência, não há necessidade de dispensarem interstícios e pareceres. Disse que não vê a necessidade da dispensa do parecer e interstícios. O Senhor Presidente nomeou a Comissão Especial para apreciar o veto: vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, André Luiz Vieira da Silva e Leci Alves Campos. Consultou a Comissão Especial quanto à solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira para dispensarem o parecer e os interstícios. Os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio e André Luiz Vieira da Silva rejeitaram a solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira. O veto foi encaminhado pelo Senhor Presidente à Comissão Especial. O vereador José Guedes relatou que foi um dos vereadores que assinou a emenda para os 7% (sete por cento), mas não pôde comparecer à reunião por causa de uma consulta médica marcada há dois meses, a qual não podia perder. Falou que colocou sua assinatura aprovando os 7% (sete por cento) mesmo achando que era um percentual irrisório. Afirmou que concorda plenamente, visto que a Câmara retrocedeu certo. Salientou que às vezes erram, porém não é vergonha procurar corrigir o erro cometido, pois o ser humano está sujeito a errar. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira indagou qual é o prazo para a Comissão Especial emitir o parecer referente ao veto. O vereador Leci Alves Campos respondeu que conforme o Regimento Interno, a Comissão tem até dez dias para emitir o parecer. Afirmou que a Comissão cumprirá o prazo regimental. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira



lembrou que na próxima semana haverá a homenagem aos trinta anos da Faenol, às dezenove horas e trinta minutos. Sugeriu ao Senhor Presidente que não suspenda a reunião ordinária para fazerem a votação do que é importante e, logo após, a homenagem à Faenol. O Senhor Presidente informou que verificará a pauta. Continuando, solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.326/2013, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Alto do Gaia Esporte Clube. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 254/2013, autoria do vereador Nélio Aurélio de Souza, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Fausto Niquini Ferreira e André Luiz Vieira da Silva; 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 255/2013, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Gabriel Simões Gobbi”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos e Maria Ângela Dias Lima Pereira; 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 256/2013, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Jefferson Rodrigo Câmara. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Fausto Niquini Ferreira; 5) Projeto de



Decreto Legislativo nº 257/2013, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a concessão de Diploma de Condecoração Honorífica à Nancy Maura Couto Konstantin”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Leci Alves Campos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 252/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Pablo César. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Presidente comentou que há um jornal na cidade que bate na Casa, dizendo que a Câmara está dando título para todo mundo. Deixou bem claro que isso é um direito constitucional do vereador eleito. Esclareceu que se o vereador concede o título e a Casa aprova, as coisas acontecem dentro da legalidade. Informou que toda a Casa trabalhou, todos os vereadores entenderam que são muitos títulos e cortaram os coquetéis. Explicou que se alguma pessoa receber um título de cidadão honorário da Câmara e houver coquetel é porque o homenageado está custeando-o. Em seguida, colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Resolução nº 122/2013, que “Modifica a redação do art. 196 da Resolução Legislativa nº 09/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal e dispõe sobre o seu funcionamento”. Retirado de pauta devido à ausência do autor, vereador Flávio de Almeida. O Senhor Presidente justificou que o vereador Flávio encontrava-se ausente devido a problemas com o trânsito na BR 040; 2) Projeto de Lei nº 1.315/2013, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua



Iolanda Ragonezi Lopes. Em única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. O vereador José Guedes justificou seu voto, parabenizou a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira pela iniciativa e disse que a Dona Iolanda é muito merecedora. Solicitou ao Senhor Presidente que cobre mais uma vez do Executivo as placas de denominação de ruas. Contou que no passado denominou umas dez ruas com nomes de pessoas merecedoras, citou: Padre João Marcelino, Arísio Silva, Ernani Pessoa e Clemer Gouvêa. Registrou que é uma falta de respeito, já cobrou mais de dez vezes e espera que esta nova administração tome providências quanto às placas de ruas. Afirmou que é um absurdo, não adianta o vereador dar nomes às ruas e ficar sem as placas. Salientou que é uma coisa tão simples, porém não são atendidos, fato que traz um transtorno quando são indagados pelos familiares. O Senhor Presidente solicitou à Assessoria que faça um ofício, em nome do vereador José Guedes e da Câmara, ao Prefeito Cássio Magnani Júnior rogando que, por favor, tenha pena desta Casa porque os prefeitos que passaram não deram ouvidos a isto e não fizeram nenhuma placa, o que é a maior vergonha. Afirmou que espera que o Prefeito Cássio Magnani Júnior não deixe de cumprir isto; 3) Projeto de Lei nº 1.316/2013, que “Altera a nomenclatura da Secretaria Municipal da Ação Social, SEMAS, além de dar outras providências”. Em primeira votação, aprovado por oito votos. O Plenário, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos, dispensou o interstício para a segunda votação. Em última votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei nº 1.317/2013, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Ladislau de Souza. Em única



votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de Lei nº 1.318/2013, que “Dá denominações a logradouros públicos que menciona e contém outras providências” – Rua das Acácias, Rua das Bromélias, Rua das Cabiúnas. Em única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 6) Projeto de Lei nº 1.319/2013, que “Dispõe sobre critério para denominação de vias, logradouros, praça, próprios públicos e dá outras providências”. Retirado de pauta devido à ausência do autor, vereador Flávio de Almeida. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira informou que ontem, os poderes constituídos do município participaram da abertura da Festa de Nossa Senhora do Pilar, na qual o Padre rezou por eles. Disse que ela, Gilson, Alessandro e Leci participaram da cerimônia representando a Câmara; no final, o Padre estendeu as bênçãos a todos os vereadores presentes e ausentes, ressaltando a importância do trabalho deles para a comunidade de Nova Lima. Falou ao Senhor Presidente que trouxe para ele uma lembrancinha enviada pelo primeiro festeiro, visto que não pôde comparecer. Relatou que quando saiu da missa, lhe chamaram a atenção as barrquinhas formadas na Praça desde sábado até o dia treze. Alertou que são vinte vagas de Rotativo, do qual até hoje não teve nenhuma resposta do município para saber se é legal ou ilegal e sobre o contrato. Ressaltou que são vinte vagas durante treze dias que vão somar mil e novecentas horas que a prefeitura vai pagar para a empresa. Afirmou que seria maravilhoso se este dinheiro fosse revertido para a Festa de Nossa Senhora do Pilar, mas noventa e quatro vírgula cinco por cento ficam para o dono do Rotativo e apenas cinco e meio por cento vão para a Prefeitura de Nova Lima. Registrou



que são mil e novecentas horas que a empresa vai receber sem fazer nada durante treze dias. Lembrou que já pediu isso na Casa, há mais de sessenta dias, pediu informações ao Procurador do Município e indagou quais providências irão tomar para corrigir este contrato; até hoje não obtive nenhuma resposta e o povo continua pagando noventa e quatro vírgula cinco por cento para a empresa, somente cinco e meio por cento para o município. Registrou que fica triste ao ver uma coisa dessas. Passou a lembrancinha para as mãos do Senhor Presidente. O Senhor Presidente agradeceu a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira e os vereadores que representaram a Casa na missa. Afirmou que a Câmara está de portas abertas para Nossa Senhora do Pilar. O vereador José Guedes parabenizou a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira. Contou que várias vezes pediu informações na prefeitura a fim de saber quem é o proprietário desta empresa, mas ninguém lhe informou. Afirmou que há alguma coisa errada, pois é um absurdo a prefeitura ficar com somente cinco e meio por cento do valor arrecado. Ressaltou que devem ir a fundo nisto, saber quem é o proprietário e lutar para aumentar este percentual. Registrou que cobrar as taxas da prefeitura é uma falta de respeito com a cidade e uma vergonha. Disse que, se fosse o prefeito, não pagaria e daria um jeito de tirar esta empresa de Nova Lima. O vereador Leci Alves Campos comentou com a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira que, assim que receberem a resposta do requerimento dela, devem observar se esta empresa é contribuinte do ISS. O Senhor Presidente lembrou que isso vem da administração passada, mas não quer dizer que a atual não pode corrigir. Na sequência, colocou em discussão e votação os





requerimentos: Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a construção de uma quadra poliesportiva coberta no Bairro Nova Suíça. Em discussão, o autor disse que esse é seu segundo requerimento. Relatou que há alguns anos, conseguiu para o Bairro Nova Suíça um terreno plano medindo mil novecentos e vinte e sete metros, porém a administração passada não teve a hombridade de construir uma quadra que prometeu. Falou que se tivessem feito a quadra no passado, a juventude já estaria usando e não teriam os transtornos de novamente pedir à AngloGold. Salientou que não foge da luta e vai continuar lutando na AngloGold para conseguir aquele terreno; informou que noventa por cento já está encaminhado. Aprovado, oito votos. Do vereador Leci Alves Campos: 1) Requer ao Prefeito Municipal que providencie a verificação de rede de esgoto na Rua Saturnino Sabino, conforme foto anexa para melhor localização. Aprovado, oito votos; 2) Requer ao Prefeito Municipal que apresente ao Legislativo a relação de entidades que já receberam as subvenções de 2013, bem como o valor subvencionado a cada uma, conforme a Lei 2.303 de 26/12/2012. Em discussão, o autor informou que na Lei 2.303, aprovada em 26 de dezembro do ano passado, consta uma lista de entidades que, conforme os trâmites informados pela Secretaria de Ação Social, receberiam subvenção no ano de 2013, contudo, estas entidades ainda não receberam. Lembrou que na reunião passada, a Câmara votou mais uma parte da subvenção para o Villa Nova Atlético Clube. Contou que foi questionado porque o Villa Nova, além de receber o que estava na Lei, ainda recebeu a mais pela votação na Casa. Ressaltou que devem requerer do Executivo a lista das entidades que



já receberam a subvenção, além do Villa Nova, recordando que há várias que não receberam. Disse que além das subvenções, há convênios que ainda não foram acertados pelo Executivo; citou como prova as três bandas musicais de Nova Lima: União Operária, Sagrado Coração de Jesus e Santa Efigênia que, até hoje, não receberam nenhum centavo do convênio. Afirmou que devem ter a relação das entidades para acompanharem, fiscalizarem a liberação das subvenções e estudarem como irão avaliar o critério de fiscalização da comprovação desses gastos. O vereador André Luiz Vieira da Silva lembrou que solicitou à Casa que formasse uma Comissão Especial para analisar a questão do repasse da subvenção. Falou que sabem que existe uma relação de instituições aptas a receber repasses, algumas com valores pré-determinados, como é o caso do Villa Nova e da ONG VerdeNovo, e outras à livre escolha do prefeito. Disse que entende que o maior problema é a prestação de contas dessas instituições, por isso considera necessário que a Casa crie uma Comissão Especial para analisar as subvenções a fim de que possam regulamentar na LOA que chegará à Câmara para que no próximo ano não haja nenhum tipo de interrogação e tudo seja feito de forma transparente, ajudando aquelas instituições que realmente desenvolvem um trabalho social magnífico e não têm recebido. Afirmou que tem muita gente recebendo muito e fazendo pouco; muita gente fazendo muito e não recebendo nada. Ratificou mais uma vez seu desejo de que a Casa forme uma Comissão Especial para analisar a questão da subvenção. O vereador Leci Alves Campos falou ao vereador André Luiz Vieira da Silva, aproveitando a ideia da questão de fiscalização das prestações de contas, que



devem ficar atentos à lei de subvenções que dará entrada na Casa provavelmente no final desse segundo semestre, e fazer uma emenda para que essas prestações de contas sejam encaminhadas à Câmara. O vereador André Luiz Vieira da Silva ressaltou que votaram o repasse para o Villa Nova porque entenderam a necessidade. Recordou que o Villa é um clube centenário na cidade e faz parte da cultura nova-limense. Afirmou que entendem a necessidade, principalmente ele que há muito tempo lida com o jovem e o esporte. Falou que já solicitaram ao prefeito, estão tentando fiscalizar e organizar para, a partir do próximo ano, não haver interrogações, inclusive sobre o Villa Nova. Registrou que não fazem nada com irresponsabilidade e estão atendendo às necessidades da população; disse que votou a subvenção do Villa Nova e votaria de novo. Salientou que o Executivo deve estudar, com a participação da Câmara, o aumento do repasse ao Villa Nova no próximo ano com objetivo de evitar desgastes. O vereador Silvânio Aguiar Silva cumprimentou o vereador Leci pela ação. Disse que devem se preocupar com o repasse das verbas que a Administração faz às entidades. Relatou que percebe um grande problema: a entidade faz seu planejamento com base na subvenção que a prefeitura irá passar, acreditando que naquele tempo, com aquele valor, as coisas vão acontecer, contratam pessoas, organizam suas instituições, aí a prefeitura passa a subvenção quando quer. Afirmou que considera isto um absurdo e uma falta de respeito com a comunidade. Registrou: “também não sou contra o Villa Nova. A gente sabe que a verba repassada é para as categorias de base, o Villa Nova tem um trabalho muito belo na cidade, bacana e necessário; a gente sabe que precisa. Agora, entre Villa Nova e



Sociedade São Vicente de Paulo, por exemplo, acho que a prefeitura tem que rever, falei na semana passada e volto a falar mais uma vez hoje. Qual é a prioridade? São aquelas pessoas que foram deixadas pela sociedade no asilo na Sociedade São Vicente de Paulo ou os atletas de base do Villa Nova? Respeito os dois, mas esta Casa votou a verba, as pessoas se planejam, se organizam e precisam ser respeitadas no processo de repasse da verba porque acreditam que o município vai fazer, de fato, aquilo que combinou com eles. Sei que a gente não consegue fazer essa fiscalização para esse ano, mas para o ano que vem, quem sabe, tendo essas informações e fiscalizando a contento, vamos poder resolver esse problema. Não estou dizendo que o prefeito está de todo errado. A gente sabe e entende que é uma administração nova, está começando agora, precisou colocar a casa em ordem e acertar os ponteiros. O que a gente pede da Administração é uma sensibilização maior com as entidades que dependem dessa verba para exercer suas funções e fazer os trabalhos que se propõem”. O vereador José Guedes falou que com referência aos repasses para as entidades de utilidade pública é a maior covardia o que a prefeitura vem fazendo com as entidades ao longo dos anos. Disse que são sem exceção: “o ex-prefeito Carlinhos, o Senhor Ronaldo, o Senhor Vítor Penido, o Papa, o Bispo”. Afirmou que acompanha isto de longa data, eles não dão as relações para os vereadores fiscalizarem. Relatou que foi uma luta tremenda para conseguir a declaração de utilidade pública para São Vicente de Paulo e Santa Efigênia, Bairro dos Cristais. Registrou: “no ano passado, tivemos o maior problema com os barracões dos pobrezinhos no Bairro Alvorada, estão quase pegando fogo. Venho lutando o tempo todo. Vejo derramar



dinheiro pelo ralo para algumas entidades e para outras não. É de acordo com a cara do vereador. Ano passado, o outro prefeito fez covardia com a Sociedade São Vicente de Paulo, com os barracões que estavam caindo. Como ele não gostava de mim, não deu sessenta e sete mil reais para reformar meia dúzia de barracões, instalar elétrica e colocar água para aquele povo sofrido. É de acordo com a cara, de acordo com os bacanas. A entidade de rico tem. Isso é a vida toda, não é agora. Estou cansado de falar de uma entidade que leva milhões. Deus está vendo isso. Deus está vendo o que esse pessoal faz principalmente com a Sociedade São Vicente de Paulo que é a entidade mais honesta do mundo. Mais de trezentos anos de fundação, aquele povo sofrido trabalha para os pobres. A gente luta. Não faço parte da diretoria, mas faço parte da Sociedade São Vicente de Paulo muito mais que muitos diretores, há cinquenta anos. Sou o vereador dos pobres e vejo os pobres. Aquele povo sofrido que todo sábado vai buscar uma cesta básica, uma cesta de legumes. Entrego isso para Deus. Serão castigados porque em época de eleição prometem tudo para o pobre, depois dão uma banana”. O vereador Gilson Antônio Marques fez um questionamento na fala do vereador Silvânio: “O Senhor fez uma pergunta e no final da pergunta se perdeu quando disse quem é prioridade, se é o Villa Nova ou o asilo de São Vicente de Paulo. Depois o Senhor disse ‘respeito as duas entidades’ e não trouxe a resposta à Casa. Isto tem acontecido nessa Casa continuamente. Semana passada, houve a discussão do Villa Nova, onde exceto o vereador Nélio e o vereador José Guedes que disseram que concordavam com a votação dos oitocentos mil reais para o Villa Nova, todos os demais vereadores desta Casa



disseram ‘eu não concordo, mas eu vou votar’. Eu e o vereador Alessandro não votamos, mas os demais ‘eu não concordo, mas eu vou votar’. E depois querem culpar o prefeito quando libera o dinheiro. Esperem aí. Essa Casa é corresponsável com toda a ação do Executivo porque nós é que damos a carta branca para ele. Nós temos que ter posição. Sou contra, voto contra. Sou a favor, voto a favor, porque aí não temos a quem ficar responsabilizando depois. A responsabilidade é nossa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse que gostaria de falar porque estava na reunião e foi dita uma inverdade. O vereador Silvânio Aguiar Silva respondeu: “vereador Gilson Marques, queria dizer que nem sempre na política, a gente concorda com uma coisa e vota com aquela coisa. As ações são políticas. E vem o Senhor me dizer que nunca fez alguma coisa com a qual não concordasse, foi lá e votou a favor? Isso é normal na política, infelizmente é normal. Do jeito que o Senhor colocou, fica parecendo que o Villa Nova é, me perdoem a má palavra, o capeta da vez, e isso não é verdade, muito antes pelo contrário. Nós já dissemos, todos os vereadores se manifestaram totalmente a favor do Villa Nova. É o como fazer, é o jeito de fazer que às vezes complica a coisa toda. É dar a verba para o Villa Nova e não dar para a Sociedade São Vicente de Paulo ou dar a verba primeiro para o Villa Nova em detrimento da Sociedade São Vicente de Paulo ou dos Escoteiros. Quando o Senhor coloca que a gente não concorda com o prefeito e vota com ele, com toda sinceridade, isso aqui é um palco. Eu não estou falando que o Senhor está fazendo teatro e eu também não estou aqui para fazer teatro. Acho que é um palco em que as nossas opiniões devem ser respeitadas. Espero que o Senhor respeite a minha,



e espero que o público tenha entendido quando viu a minha votação e ouviu a minha exposição de motivos. Agora, não acho que isso é motivo para expor especificamente todos os vereadores, nem todos foram contra. É um direito do Senhor, eu respeito, não estou aqui para discutir”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse que em momento algum falou que era contra o repasse para o Villa Nova, em todo instante se mostrou favorável, inclusive com a presença do Presidente que veio à Câmara conversar. Contou que pediu ao Executivo que mandasse um representante à Casa para explicar se estava dentro da lei, se não existia nenhuma inconstitucionalidade, com a preocupação de não fazerem nada errado. Reafirmou que em momento algum foi contra o Villa Nova, por isso até disse que é a favor de que se aumente o repasse, pois entende que o Villa é uma instituição muito grande. Discordou do vereador Silvânio Aguiar em relação à prioridade. Explicou que no seu ponto de vista, não importa se a instituição trabalha com idosos, infratores, drogados, meninos de rua ou esportes como o Villa Nova. Esclareceu que entende que toda e qualquer ação para ocupar o jovem e tirá-lo da ociosidade é de suma importância, pois o “ariranha” que hoje está na praça, de repente não estaria nesta situação se tivesse sido tratado quando jovem, se tivesse sido estimulado a praticar um esporte, a participar de alguma coisa ligada à cultura ou algo que o fizesse ter esperança de ser alguém na vida. Ressaltou que desde a criança até o adulto, todos têm a mesma importância. Salientou que toda instituição que estiver fazendo um trabalho sério e comprovando seus gastos, tem que receber. Deixou claro que foi a favor do Villa Nova o tempo inteiro e é, inclusive, a favor de que se aumente o



repassa para o Clube porque já sabem da situação do Villa. Registrou que não sabem da situação das outras entidades, por isto solicitou a Comissão Especial para tratar do assunto. Disse ao Senhor Presidente que foi um dos seus primeiros pedidos e ainda não foi atendido. Conforme requerimento do vereador André Luiz Vieira da Silva, o Senhor Presidente nomeou a Comissão Especial: vereadores André Luiz Vieira da Silva, Flávio de Almeida e Leci Alves Campos. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “em momento nenhum, eu disse que o Villa é capeta ou santo. Muito pelo contrário. No discurso da semana passada, disse que não sou contra o Villa, sou a favor de Nova Lima. Foi isso que eu disse”. O Senhor Presidente registrou: “só explicando que no bojo das subvenções sempre, dezesseis anos que estou nesta Casa, qualquer prefeito não cumpre. Esta Casa tem que fazer uma lei para eles cumprirem. Pior, enganam as instituições porque quando estão no bojo, quando estão inscritas, elas têm que pegar toda a sua documentação, ir à Assistência Social e fazer uma peregrinação de documentos. Para eles, desistir é bom porque colocam o dinheiro onde querem. E assim acontece nessa Casa como sempre. A Casa tem que fazer uma lei para cumprirem o que está dentro do bojo. Tem que cumprir sem essa peregrinação porque eles desistem, pois não conseguem. Parece que o negócio é tratado para não entrar, só entra quem eles querem. A Casa tem que se reunir com a Assessoria Jurídica e mudar os trâmites desse processo”. Aprovado, sete votos. Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de uma academia ao ar livre na peneira da Avenida Aldo Zanini esquina com Padre Américo Coelho no Bairro Retiro. Aprovado, oito votos. Do





vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal que envie o projeto de lei denominando as futuras instalações do Ginásio Municipal, localizado na Rua José Agostinho, Bairro Chácara Bom Retiro de Wilson Fernandes Reis (Coutinho), conforme preconiza o art. 87, inciso XXIV da Lei Orgânica do município. Em discussão, o vereador José Guedes parabenizou o colega Alessandro. Relatou que o Coutinho foi um grande amigo seu, pessoa e pai de família digno que deu muitas alegrias ao futebol amador. Disse que se o Coutinho jogasse bola hoje estaria milionário. Falou que ele deixou saudades em Nova Lima, pois foi um homem que nunca procurou inimizades, jamais teve um inimigo, foi um atleta correto que sempre jogou pela ponta direita. Afirmou que o seu Nacional deve muito ao Coutinho. Contou que em breve, farão uma homenagem aos pais e escolheu o cunhado do Coutinho, o Celsinho, para ser homenageado. Aprovado, oito votos. Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal que providencie a doação de duas Viaturas Tipo Caminhonete 4x4 para a 1ª Cia Independente da Polícia Militar de Nova Lima. Aprovado, oito votos. Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Senhor Presidente seja solicitado o Cronograma dos Trabalhos de Revisão da Lei Orgânica Municipal junto à Comissão Especial designada para o assunto. Em discussão, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio comunicou que o Presidente da Comissão é vereador Flávio de Almeida que se encontra ausente, ele é o Vice e o vereador José Guedes o Relator. Informou que já estão se reunindo e, em breve, darão informações a todos os vereadores. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira explicou que está cobrando porque considera que a



participação da Câmara é importante, e entraram em consenso de que cada tópico discutido seria trazido para os vereadores tomarem conhecimento e sugerirem modificações. Ressaltou que a Lei Orgânica do Município de Nova Lima foi redigida à luz da Constituição, é uma das melhores do Brasil, porém precisa ser revista porque outras leis surgiram após a sua promulgação em 1990. Esclareceu que solicita o cronograma para saber o que está sendo e o que já foi discutido para terem oportunidade de opinar. O Senhor Presidente sugeriu que a Comissão apresente o cronograma de trabalho no prazo de trinta dias. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira e o vereador Alessandro Luiz Bonifácio concordaram. Aprovado, oito votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer seja enviada moção de pesar à família enlutada da Sra. Maria das Mercês Aleixo, mãe do radialista Antônio Salvador Aleixo. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira relatou que tem uma ligação muito próxima com a família, morou mais de vinte anos perto da Dona Mercês e trabalhou com as filhas dela na Secretaria de Educação. Solicitou ao vereador Silvânio permissão para assinar o requerimento. O vereador Silvânio Aguiar Silva concordou. Aprovado, oito votos. Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta augusta Casa organize uma homenagem para os professores da Rede Municipal de Ensino. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira sugeriu estender a homenagem a todos os professores de Nova Lima, da rede particular e da rede estadual, porque todos merecem. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio permitiu. Aprovado, oito votos. Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer à Mesa Diretora seja solicitado à Comissão Revisora da



Lei Orgânica e Regimento Interno que seja inserida nas alterações a extinção do voto secreto a todas as matérias que tramitem na Câmara Municipal. Em discussão, o vereador José Guedes parabenizou o vereador Fausto. Declarou que sempre foi contra o voto secreto, inclusive já requereu o voto aberto duas vezes porque considera que o povo deve saber o que o vereador está votando. Salientou que o vereador, o político não tem que se esconder atrás do voto secreto. O vereador André Luiz Vieira da Silva contou que antes de estar na Casa, com a leitura da população, era a favor do voto aberto. Relatou que um dia, ouvindo uma reportagem na CBN, o jornalista colocou os dois lados da moeda: “falou do voto aberto que é extremamente importante para saber quem votou e todas outras coisas. Só que colocou também que o voto secreto muitas vezes favorece até o eleitor porque preserva o vereador ou o deputado. Preserva por que quando o voto é aberto, a gente sabe que existem acordos políticos e, às vezes, o vereador é recomendado pelo Executivo ou pelo próprio partido ao qual pertence à uma determinada posição, se ele não tomar aquela decisão de acordo com a recomendação feita pelo Executivo ou seu partido, vai sofrer retaliações seríssimas. Então, acaba muitas vezes votando de acordo com o que é mais conveniente, mas fugindo da sua real posição. Existem os dois lados da moeda, eu não via dessa forma, passei a questionar o voto aberto, ainda tenho minhas dúvidas”. O vereador Leci Alves Campos indagou ao Senhor Presidente como irão votar as alterações da Lei Orgânica, se ficarem votando requerimentos de mudança da mesma. O Senhor Presidente explicou que está encaminhando estes requerimentos à Comissão que vai tratar da Lei Orgânica. Lembrou



o vereador Fausto de que o requerimento dele é legítimo e importante. Relatou que tem uns seis itens importantíssimos para propor, porém não fará requerimento, vai esperar a oportunidade e na hora em que a Lei Orgânica chegar, dará suas sugestões. Aprovado, oito votos. Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal a duplicação da Rua Campina Verde no Bairro Campo do Pires até a portaria do condomínio Jardim de Petrópolis. Aprovado, oito votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Prefeito Municipal seja realizada pavimentação asfáltica na Avenida Rio São Francisco, na altura do número 715. Aprovado, oito votos. Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer que esta respeitosa Casa solicite ao Município que atenda às reivindicações de moradores dos Bairros José de Almeida e Vila Industrial e construa urgentemente uma passarela naquele trecho. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou que o requerimento é ótimo e necessário para a população. Esclareceu que tem uma solicitação muito semelhante a esta na época em que fez um requerimento para a MG 030, pedindo uma passarela naquele local e outra nos Cristais, perto do Polivalente. Ressaltou que devem pedir e cobrar uma posição do DER. O vereador José Guedes relatou que devido algumas irregularidades da Conspar, o Senhor Paulo Pires, proprietário da empresa, por ter modificado o curso daquela água e ter feito a fonte, há anos se comprometeu, parece que junto ao Ministério Público, de construir ali a passarela, porém até hoje nada foi feito. O Senhor Presidente informou que não é a Conspar, é a Rossi. Lembrou que também cobrou isto na Câmara. Disse que o requerimento do vereador Fausto Niquini é pertinente, pois o que importa é que a



população seja beneficiada. Aprovado, sete votos. Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta augusta Casa organize uma homenagem para os Servidores Públicos Municipais. Aprovado, sete votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer seja enviada moção de pesar à família enlutada da Sra. Geralda Barbosa Gonçalves, mãe do saudoso Soldado da Polícia Militar Walter Evangelista Gonçalves. Aprovado, sete votos. Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Prefeito Municipal que regulamente a Lei nº 2.158 de 31 de maio de 2010, que dispõe sobre a acomodação e permanência de caçambas de coleta de terra e entulho nas vias e logradouros públicos do município. Aprovado, sete votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Prefeito Municipal que providencie a extensão de rede elétrica com colocação de poste na Rua Santa Cecília, próximo ao número 110. Aprovado, sete votos. Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal que construa quebra-molas na Rua Abolição, 311, Rua Nova e Rua Antônio Jardim, em frente ao número 308, Bairro Centro, por tratar-se de um local de risco. Aprovado, sete votos. Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que o Município de Nova Lima interceda junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte, solicitando que seja asfaltado o trecho que liga a MG-437 (estrada Nova Lima/Sabará) ao Bairro Taquaril, localizado na Zona Leste da Capital. Em discussão, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio solicitou permissão para assinar o requerimento. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira permitiu. O Senhor Presidente afirmou que o requerimento é muito pertinente e bom para o município. Lembrou que na semana



passada teve o prazer de comparecer à Cidade Administrativa a convite do Deputado Diniz Pinheiro, do vereador de Belo Horizonte Pablito e do Secretário Fundiário Wander Borges. Relatou que a Mesa Diretora, no começo de janeiro, se reuniu com o Wander Borges e o Pablito que estão ajudando-os nisto. Falou que o requerimento é legítimo, mas já estavam trabalhando nesta solicitação, em nome Casa, para terem comprometimento com a população de Nova Lima. Sugeriu que a Casa assine o requerimento da vereadora. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira concordou. Aprovado, sete votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva propôs requerimento verbal: “temos visto a obra de recapeamento da MG 030 e temos na Casa vários requerimentos pedindo uma série de ações na MG 030. Gostaria que esta Casa fizesse um levantamento de todos estes requerimentos feitos até hoje, solicitando passarela, quebra-molas, iluminação e cerca na ponte. Gostaria de aproveitar a articulação que o Senhor está tendo junto ao Governador Antônio Anastasia, e que a Casa direcionasse toda essa demanda relacionada à MG 030 diretamente ao Governador, uma vez que ele se tornará cidadão nova-limense. Nada mais justo, já que estamos com uma obra grande envolvendo toda a extensão MG 030, porque não aproveitar e iluminar os lugares que tem que iluminar, colocar as passarelas onde tem que colocar, colocar os quebra-molas onde tem que colocar, e a obra ficaria completa. Com essa recomendação, fazendo um levantamento de todos os requerimentos que já foram feitos, diretamente ao Governador Antônio Anastasia”. Aprovado, sete votos. O vereador Gilson Antônio Marques propôs requerimento verbal: “o Executivo mandou a resposta do concurso do Serralheiro, do



edital, e disse que foi aberto um concurso para duas vagas: Serralheiro e mais uma para deficiente. Foi chamado um serralheiro, Roberto Luan Ferreira dos Santos que passou em primeiro lugar. Depois dele tem Vitor Leonardo e Evaldo Lamberto Diniz que não foram chamados, teoricamente é o que comprova a resposta. O quarto colocado foi chamado, Alexandre de Lima Soares, este é o meu questionamento, requerer do Executivo que mande para a Câmara o comprovante da desistência ou da chamada não atendida dos dois candidatos acima citados”. Aprovado, sete votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio propôs requerimento verbal: “solicito ao Prefeito explicação sobre os cem por cento de aumento no plano de saúde do servidor público. É uma injustiça, a prefeitura tem condições, o município tem condições e acho que fizeram uma maldade com o servidor público, cem por cento de aumento no plano de saúde. Queria saber do prefeito como foram as providências, como agiu assim, porque o servidor público está desesperado. Aproveitar a presença do Sindicato dos Servidores, não pode se manifestar, em nome do Sindicato, uma resposta do Executivo”. O vereador Fausto Niquini Ferreira explicou que os funcionários receberam um comunicado de que a partir de determinada data não teriam mais a cobertura do plano de saúde Amil. Falou que fizeram contato com vários planos de saúde e nenhum se interessou, assim, tiveram que procurar novamente a Amil que falou que somente renovaria o contrato se houvesse este aumento. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio indagou se vai cortar na carne do servidor público e por que a prefeitura não arca com esses cem por cento. Registrou seu protesto, pois considera que é uma injustiça com os servidores. O vereador Fausto



Niquini Ferreira informou que por ele a prefeitura não daria somente plano de saúde, mas escola, creche, bolsa escolar, material escolar. Aprovado, sete votos. O vereador Fausto Niquini Ferreira salientou: “estou sabendo que serão abertas novas vagas para creche. Gostaria de pedir uma transparência com relação a essas novas vagas, as crianças que vão ser cadastradas, o nome de cada uma. Vamos procurar fazer a coisa com transparência. Estamos aí todo dia, agora com as manifestações, certo? Hoje entrei com a sugestão do voto aberto, acho que a população quer isso. É transparência, vamos jogar aberto”. O Senhor Presidente disse: “vereador, creche é igual casa popular, sempre quem vai para lá é quem menos precisa. Infelizmente é dessa forma. Tinha que olhar lá de baixo para começar a atender quem mais necessita”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira discordou do Senhor Presidente. Afirmou que o direito à creche é para todos, pois a creche é municipal. Salientou que deve haver um trabalho social, com a assistente social acompanhando de fato se as pessoas precisam ou não da creche. O Senhor Presidente lembrou que a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira já cobrou isto em Plenário. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira confirmou que já cobrou, pedindo que tivesse mais assistente social para acompanhar, mas que a assistente social levantasse da cadeira e fosse verificar se precisa ou não, pois há mãe que coloca o filho na creche para ficar em casa sentada na porta da rua contando caso. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou que tem uma dúvida em relação a isso, indagou se existe alguma lei que determina a seleção. O Senhor Presidente respondeu que não existe, visto que os direitos são iguais e a lei é para todos. Relatou que existe





um critério que a prefeitura pode usar: fazer uma triagem dos mais necessitados. O vereador André Luiz Vieira da Silva esclareceu que está questionando porque tem esta dúvida e desconhece totalmente a questão das creches. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira esclareceu que a creche tem uma regulamentação na qual se trabalha com o nível socioeconômico da mãe trabalhadora. O vereador Silvânio Aguiar Silva explicou ao vereador André Vieira: “a gente já conversou sobre isso, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social preconiza que a creche é para todos. Porém, quem vai ter privilégio em detrimento a quem. O recorte social precisa ser feito, a vereadora Ângela falou muito bem, a assistente social precisa ir na casa da pessoa e ver se ela realmente precisa ou não. No município de Nova Lima isso termina por não acontecer. Nova Lima tem um problema ainda maior, na região de Honório Bicalho e Bela Fama há duas creches. Desta região para cá, temos três creches; na região das Cabeceiras não tem uma creche sequer, tem uma no Retiro, quer dizer, a divisão está mal feita. Para discutir quem vai ter privilégio de que, acho que primeiro precisamos ter a vaga para oferecer e não temos. É uma complicação muito séria, mas o município vai consertar isso, se Deus quiser”. O Senhor Presidente registrou: “queria explicar que com o Secretário e o nosso Vice-presidente, frequentamos duas reuniões no Centro Administrativo, em nome da Câmara de Nova Lima. Gosto de fazer justiça com as pessoas que fazem as coisas. Não adianta nego vir falar que a estrada de Sabará/Nova Lima foi o João, o Pedro ou o Antônio que fez. Quem tem dedo nisso, seguro, quem falar que não é vai fazer a maior injustiça com o Senhor Wander Borges. Não é meu parente, nunca votei nele, nunca procurei ele para



nada. Ele, o Diniz Pinheiro e depois o vereador de Belo Horizonte Pablito abriram espaço para nós. Vou explicar para vocês, vamos fazer uma correspondência, não é um requerimento, vou fazer uma correspondência de toda a Casa para os três. Estava na Cidade Administrativa na semana passada e expliquei para eles a enorme necessidade daquela estrada ser asfaltada e ter um posto da Polícia Rodoviária porque tem o Taquaril, tem aquele povo todo que vem de Sabará e pode virar um caos de bandidos passando para cá. O Sr. Diniz Pinheiro, Presidente da Assembleia, com o Pablito e o Sr. Wander Borges, Secretário Fundiário de Governo, falou: ‘faça uma carta, o Governador está aqui, para nós encaminharmos a ele em nome da Câmara de Nova Lima’. Eu proponho que faça essa carta em nome da Câmara de Nova Lima, pedindo um Posto Policial porque a estrada já vai ser asfaltada e possam resguardar o município. Este processo do Posto é desta Casa; a estrada, vocês podem acreditar, o Sr. Wander Borges foi um dos maiores responsáveis por ela acontecer porque aqui em Nova Lima tem um monte de pai dela por aí. Vou perguntar se Suas Excelências concordam em fazer essa carta aos três políticos, pedindo um Posto da Polícia Rodoviária porque eles vão encaminhar ao Governador Antônio Anastasia que não é do meu partido, mas é o único governador que fez um recapeamento dentro de Nova Lima, ninguém nunca fez. Quem fez essa estrada indo para o BH Shopping foi Vítor Penido, todo mundo sabe. Inclusive eu e o José Guedes éramos vereador na época. Depois, nunca ninguém fez mais nada. Estou dando um título para ele pelos bens que fez ao município, inclusive recapeando a MG 030 e a estrada de Sabará”. Consultou o Plenário que concordou com a confecção



de um ofício ao governador. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_